

O MATERIALISMO HISTÓRICO COMO CIÊNCIA REVOLUCIONÁRIA: FLORESTAN FERNANDES E O MARXISMO NO PÓS-REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL

Matheus de Carvalho BARROS¹

RESUMO: O objetivo do presente artigo é analisar o marxismo de Florestan Fernandes a partir de 1975 com a publicação de *A Revolução Burguesa no Brasil*. No contexto de seu embate com a ditadura civil-militar, a partir da década de 1970, Fernandes passa a produzir de forma sistemática trabalhos de análise política. Em uma reconstrução teórico-revolucionária da formação social brasileira, faz emergir um pensador que, a partir de então, se dedica também a tematizar aspectos internos da teoria marxiana e marxista. Além disso, Fernandes passa a se interessar pelos dilemas e pela produção intelectual latino-americana, exemplificado pela descoberta e difusão da obra de José Carlos Mariátegui. Nesse período, destacam-se as obras: *Circuito fechado* de 1976; *Da Guerrilha ao Socialismo: a revolução cubana* de 1979; *Brasil em Compasso de Espera* de 1980; *O que é Revolução* de 1982. Nesta perspectiva, a partir da análise desses escritos, pretendemos examinar como o “velho Florestan” concebe e assimila a tradição oriunda de Marx.

PALAVRAS-CHAVES: Florestan Fernandes; Marxismo; Ciência Revolucionária.

¹ Universidade Federal Fluminense (UFF), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói – RJ – Brasil. Mestrando em Sociologia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3895-3961>. carvalho_barros@id.uff.br.

THE HISTORICAL MATERIALISM AS A REVOLUTIONARY
SCIENCE: FLORESTAN FERNANDES AND MARXISM
AFTER THE REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL

ABSTRACT: *The objective this article is to analyze the Marxism of Florestan Fernandes from 1975 onwards with the publication of *A Revolução Burguesa no Brasil*. In the context of his struggle with the civil-military dictatorship, from the 1970s onwards, Fernandes began to systematically produce works of political analysis. In a theoretical-revolutionary reconstruction of the Brazilian social formation, a thinker emerges who, from then on, is also dedicated to thematizing internal aspects of Marxian and Marxist theory. In addition, Fernandes became interested in the dilemmas and intellectual production of Latin America, exemplified by the discovery and dissemination of the work of José Carlos Mariátegui. During this period, the following works stand out: *Circuito Fechado* (1976); *Da Guerrilha ao Socialismo: a revolução cubana* (1979); *Brasil em Compasso de Espera* (1980); *O que é Revolução* (1982). From this perspective, based on the analysis of these writings, we intend to examine how the “old Florestan” conceives and assimilates the tradition originating from Marx.*

KEYWORDS: *Florestan Fernandes; Marxism; Revolutionary Science.*

Introdução

Acreditamos que o peso relativo das ideias de Marx – e da tradição marxista – no conjunto das concepções teórico-metodológicas de Florestan Fernandes é geralmente subestimado. O marxismo está presente na vida e na obra do sociólogo paulistano desde a década de 1940, quando Florestan traduz e escreve uma introdução à *Contribuição à Crítica da Economia Política* de Marx, em 1946, a convite de Hermínio Sacchetta, como parte de suas tarefas de militante do Partido Socialista Revolucionário (PSR) – organização trotskista ligada à Quarta Internacional.

Entretanto, é somente a partir da década de 1960, na medida em que a posição política e científica de Fernandes assume uma postura mais radicalizada, que a relação do sociólogo paulistano com a teoria marxista irá se aprofundar. A tradição oriunda de Marx passa a ter outra conotação na vida e na obra de Florestan. Conotação essa que não é apenas sociológica, mas fundamentalmente ligada à *práxis* política socialista e à investigação das forças sociais capazes de contribuir para a destruição da ordem social capitalista no Brasil.

Em meados dos anos 70, Florestan Fernandes passa a produzir de forma mais intensa e sistemática trabalhos de análise política. Segundo José Paulo Netto (1987), numa reconstrução teórico-revolucionária da constituição da formação social brasileira, faz emergir um pensador que, a partir de então, dedica-se também a tematizar aspectos internos da teoria marxiana e marxista. Nesse sentido, o tema do socialismo se consolida de forma definitiva em seus escritos, particularmente na sua fase assumidamente publicista (nos artigos de jornais, revistas, conferências, simpósios etc.) (TOLEDO, 1998). Nesse período, destacam-se as obras: *Circuito fechado* de 1976; *Da Guerrilha ao Socialismo: a revolução cubana* de 1979; *Brasil em Compasso de Espera* de 1980; *O que é Revolução* de 1982.

Nessa perspectiva, a partir da análise desses escritos, o objetivo do presente artigo é analisar a relação entre o sociólogo paulistano e a tradição marxista, buscando apontar que a assimilação principal que Florestan Fernandes fará do marxismo em sua fase mais madura se dá em termos do resgate da concepção de revolução, ou da edificação de uma teoria e de uma ciência revolucionária que correspondesse às especificidades do Brasil e da América Latina.

O pós-Revolução Burguesa

Analisando as particularidades da transformação capitalista na periferia, em 1975, Florestan Fernandes publica umas de suas obras mais importantes que, segundo Carlos Nelson Coutinho (2000), é o primeiro texto onde o marxismo é assumido explicitamente como ponto de vista metodológico pelo sociólogo paulistano. Refiro-me aqui à *Revolução Burguesa no Brasil* (FERNANDES, 2006).

Para José de Souza Martins (2006), o livro em formato de ensaio ganha sentido no ambiente intelectual do debate brasileiro sobre o tipo de sociedade capitalista que estava se desenvolvendo no Brasil. Desta forma, *A Revolução Burguesa* poderia ser vista como o último grande estudo do ciclo de reflexões históricas e sociológicas abrangentes sobre o destino histórico do Brasil.

Segundo Martins (2006), *A Revolução Burguesa no Brasil* equivale, em certo sentido, ao *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* de Lenin, um marco nos estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo em sociedades diferentes da Europa Ocidental. Martins (2006) argumenta que a interpretação de Florestan sobre o processo da lenta e complicada revolução burguesa no Brasil tem como um dos seus aspectos mais positivos o distanciamento de um marxismo determinista e engessado. Em outras palavras, o marxismo de Florestan Fernandes se contrapôs a todo de tipo de vulgarização da tradição oriunda de Marx que propõe uma concepção de história regida por “etapas inexoráveis, segundo um

modelo abstrato de processo histórico” (MARTINS, 2006, p. 18). Modelo esse que corresponderia a um etapismo mecanicista e a uma visão antidialética da realidade.

A partir da publicação de *A Revolução Burguesa no Brasil*, a questão do *socialismo* não se constituía como um assunto entres outros na obra de Florestan Fernandes. Como nos aponta Caio Navarro de Toledo (1998), para Florestan, particularmente nas últimas décadas de sua produção intelectual, o socialismo era, a rigor, uma questão vital e decisiva em sua obra. Mais do que isso, o socialismo era uma questão existencial, na qual Florestan Fernandes se dedicou integralmente do ponto de vista ético, político e intelectual (TOLEDO, 1998).

Toledo destaca que, em sua militância, Florestan Fernandes jamais abdicou das armas da crítica, da razão analítica e dos recursos da dialética. Nessa perspectiva, a defesa do socialismo não era realizada somente a partir de um ponto de vista ético-humanista. Florestan a fazia a partir de uma rigorosa análise do capitalismo e de suas irreconciliáveis contradições. Desse modo:

A defesa apaixonada do socialismo na escrita do sociólogo, do publicista e do tribuno esteve, assim, sempre apoiada em pesquisa empírica e sólida argumentação teórica, nunca se confundindo com a propaganda ou com a demagogia típicas de certos populismos teóricos, ainda vigentes em alguns setores da esquerda. (TOLEDO, 1998, p. 60-61).

Neste contexto, Lincoln Secco (1998) salienta que o mais impressionante nas avaliações políticas de Florestan Fernandes era justamente a “simbiose” entre o publicista engajado, político e homem de ação, preocupado com a persuasão de seus leitores, e o sociólogo, o cientista, compromissado com a análise objetiva da realidade concreta. Secco argumenta que, desta forma, a sociologia de Florestan funcionava como uma “previsão”, no sentido que Antônio Gramsci conferiu ao termo, ou seja, “como um programa que visa superar a ordem social competitiva e estabelecer o socialismo.” (SECCO, 1998, p. 77).

Segundo Maria Arminda Arruda (2010), se na obra *A Revolução Burguesa no Brasil* Florestan Fernandes rejeitou a posição antes assumida sobre a viabilidade de se “forjar nos trópicos este suporte de civilização moderna” (uma das frases que encerra *A integração do Negro na Sociedade de Classes* (FERNANDES, 1965)), em *Circuito Fechado*, obra publicada em 1976, todas as apostas do sociólogo paulistano estão cristalizadas na força “incoercível” das classes populares para construir um futuro socialista e democrático. Segundo Florestan:

O circuito fechado constitui uma equação metafórica de um dos ângulos da situação que prevalece graças aos tempos retardados da revolução burguesa. A história nunca se fecha por si mesma e nunca se fecha para sempre. São os homens, em grupos e confrontando-se como classes em conflito, que “fecham” ou “abrem” os circuitos da história. A América Latina conheceu longos períodos de circuito fechado e curtos momentos de circuito aberto. No entanto, o modo pelo qual se dão as coisas, nos dias que correm, revela que “o impasse de nossa era” não consiste mais no caráter perene da repressão e da opressão. Os que reprimem e oprimem, nestes dias, lutam para impedir o curto-circuito final, que para eles vem a ser o desaparecimento de um Estado antagônico à Nação e ao Povo, ou seja, um Estado que, como todo o Estado elitista, tem sempre de “fechar a história” para os que não estão no poder. (FERNANDES, 2010, p. 24).

Desse modo, Arruda (2010) defende que o livro publicado em 1976 representa a superação da fase caracteristicamente acadêmica de Florestan Fernandes. Para a socióloga da USP, a análise dos rumos assumidos pelo capitalismo no Brasil, sobretudo pós 1964, leva Florestan a abandonar a postura de intervenção racional na promoção de reformas e defender a construção de uma nova ordem social por vias radicais.

No ano de 1978, Florestan se responsabilizou pela publicação de dois textos de Lenin, *O Estado e a Revolução* e *O que fazer?*, além de organizar e escrever uma introdução para uma coletânea de textos do revolucionário russo, publicada pela editora Ática².

Na introdução à coletânea, Florestan Fernandes (1978) ressalta que a total fidelidade de Lenin ao marxismo não pressupunha uma mera repetição de Marx ou uma ossificação dialética, mas sim, uma busca por novos caminhos que só o marxismo podia desvendar, desde que aplicado de forma precisa, exigente “e imaginativa, como um saber vivo, em intrínseca conexão com a vida” (FERNANDES, 1978, p. 2). Sem subestimar a contribuição teórica do líder Bolchevique, Florestan destaca que é no terreno da prática que se acha o eixo da transmutação leninista do marxismo. Isso não significa que esta prática estivesse desvinculada da teoria, pois, dentro do pensamento dialético marxista, teoria e prática nunca estiveram ou poderiam estar separados. Contudo, Fernandes (1978) argumenta que Lenin dedicou a sua vida à adequação instrumental e política do marxismo à concretização da revolução proletária. Desta forma, na

² Apesar de ter sido publicada em 1978, esta introdução foi escrita entre o final de 1972 e o início de 1973, conforme as cartas de Florestan dirigidas a Bárbara Freitag. A esse respeito ver: Freitag (1996).

visão de Florestan, Lenin incorpora ao marxismo um modelo prático de como passar da *ditadura burguesa* à *ditadura do proletariado*. O sociólogo paulistano salienta que esse modelo proposto por Lenin desfoca o âmbito do marxismo para a reflexão política, ou seja, para as condições concretas da ação e da transformação política, quando se focaliza dialeticamente as relações de classe como relações de poder (FERNANDES, 1978).

Desse modo, o argumento central de Florestan Fernandes na Introdução de 1978 é que antes de Lenin semelhante elemento político estava incluído no marxismo como uma “previsão e, também, como um momento da vontade política” (FERNANDES, 1978, p. 2). Com Lenin, o aspecto político se converte no ponto central da indagação marxista e do próprio marxismo como movimento político. Nessa configuração, a contribuição de Vladimir Lenin para o marxismo estaria representada substancialmente em duas direções:

Primeiro, ela repôs o marxismo como política em suas bases revolucionárias, avançando do conhecimento da realidade política da sociedade de classes para o modo de organizar politicamente a sua transformação e destruição, como etapa preliminar à instauração do socialismo. Segundo, ela traz consigo a primeira descrição teórica e a primeira formulação prática da revolução proletária como processo histórico e vivido. Embora Lênin se preocupasse mais com as condições, as técnicas e os processos políticos de intervenção revolucionária na realidade, limitando as formalizações abstratas ao conhecimento teórico essencial para atingir tais fins, suas indagações e reflexões introduzem no marxismo um tratamento mais livre e dialético do político. (FERNANDES, 1978, p. 6).

O dilema da revolução brasileira

Como nos aponta José Paulo Netto (1987), a inflexão radical no pensamento de Florestan Fernandes se dá em seu confronto prático e teórico com a contrarrevolução burguesa (forma como Florestan denominava a ditadura civil-militar instaurada com o golpe de 1964). O desenvolvimento dessa inflexão é centrado na análise e na explicação da realidade brasileira. Nessa perspectiva, segundo Netto (1987), a compreensão da estrutura interna dos processos históricos-sociais brasileiro e latino-americano exige de Florestan o resgate de categorias próprias da tradição marxista. O decisivo é que tal resgate é processado a partir do material de pesquisa, ou seja, é o movimento real que requer o arsenal

heurístico. Desta forma, “a recuperação categorial marxista não resulta de um exercício intelectualivo: ela se opera no tratamento concreto do material histórico” (NETTO, 1987, p. 297). Nesse contexto, conceitos como “democracia” e “revolução” – inspirados nas formulações de Marx, Engels e Lenin – se tornam fundamentais na produção teórica de Florestan Fernandes.

No texto *Brasil: em Compasso de Espera*, publicado em 1979, Florestan, a partir de um arcabouço teórico marxista, analisa o conceito de “democracia”. Analisando o cenário brasileiro, o sociólogo paulista define *democracia burguesa* da seguinte maneira:

Como forma política da república democrática, uma ditadura dissimulada com fundamento na representação, na divisão de poderes e nos direitos fundamentais dos cidadãos; como forma política dos regimes burgueses de exceção, uma ditadura de classes explícita, pela qual o poder real da minoria se organiza e se impõe sem o consentimento da maioria, garantindo pela força a eficácia da democracia restrita. (FERNANDES, 2011, p. 46).

Florestan (FERNANDES, 2011) argumenta que sempre gravitamos na segunda fórmula, da República Velha ao Estado Novo e à “República constitucional”. Desse modo, a democracia no Brasil sempre foi restrita; e a República Burguesa, como forma política, sempre reduziu a democracia constitucional, representativa e parlamentar a uma concentração ditatorial tácita do poder político estatal nas mãos das elites dirigentes.

Fernandes (2011) ressalta que esse “despotismo burguês” característico dos países de capitalismo periférico é uma variável histórica. A existência e a reprodução das contradições da autocracia burguesa tornam os processos de reação e contrarrevolução endêmicos e, por outro lado, condenam a revolução proletária a fluxos fracos, curtos e esporádicos. Para explicar a razão dessa realidade histórica, Florestan recorre ao *Manifesto Comunista*. Segundo Fernandes (2011), essa configuração histórica específica não é um subproduto orgânico de uma fraqueza congênita do proletariado ou, como muitos pensam, de uma gigantesca reserva de mão de obra. O sociólogo paulistano demonstra que, segundo Marx e Engels (2010), na formação e no início do amadurecimento do regime de classes, o movimento dialético do antagonismo de classes é determinado pelo polo burguês. Sendo assim, se este polo for amorfo ou vacilante, isso resulta em uma “baixa saturação do espaço histórico do proletariado” (FERNANDES, 2011, p.52). Se se transfere esse esquema interpretativo para o contexto dos países situados na periferia do capitalismo, o que se deve levar ao primeiro plano – na

visão de Fernandes – são os efeitos do imperialismo sobre os dinamismos de autoafirmação das classes possuidoras. Para o intelectual paulistano, o capitalismo periférico, em qualquer de seus estágios, exige que as classes burguesas nacionais se associem às burguesias centrais e repartam desigualmente com elas as taxas da mais-valia relativa (FERNANDES, 2011). Portanto, tanto no nível privado quanto no nível estatal, a burguesia brasileira deve abrir mão de parte de sua autonomia.

Essa configuração de dependência gera uma burguesia que não aprofunda sua organização de “classe em si e para si” e, como consequência, também dificulta a manifestação do proletariado como “classe em si e para si”. Florestan Fernandes salienta que a partir da constatação das debilidades intrínsecas das burguesias dependentes, duas coisas fundamentais devem ser ressaltadas:

1º) para proteger-se contra o seu aliado principal, as burguesias nacionais precisam reduzir o espaço político das classes trabalhadoras, em particular no que diz respeito ao uso do conflito institucionalizado por movimentos proletários organizados e por partidos revolucionários operários ou de massas. 2º) para proteger a estabilidade de arranjos logrados e principalmente dos controles conseguidos sobre os recursos materiais e humanos da “nação capitalista hospedeira”, as burguesias centrais precisam fortalecer a dominação de classe e as estruturas de poder das burguesias nativas e, ao mesmo tempo, deprimir a luta de classes, anulando o seu “potencial desestabilizador” e estimulando a conformação das pressões radicais do proletariado e das massas populares pelos padrões de uma democracia “enriquecida por ingredientes autoritários de um socialismo reformista. (FERNANDES, 2011, p. 53-54).

Nesse cenário, Florestan Fernandes (2011) passa a defender que, sob o capitalismo monopolista da periferia e o imperialismo que se constituiu ao final da Segunda Guerra Mundial, a classe trabalhadora deveria acumular forças revolucionárias para conduzir as transformações que, no passado, cabiam às burguesias dos países centrais. Na era do capital monopolista, não são mais os interesses burgueses que imprimem ritmos fortes as transformações políticas democráticas. Florestan Fernandes (2011) aponta que são os interesses do proletariado e de massas populares despossuídas que devem preencher tal função. Pois, ao deixar de ser “competitivo” é mais fácil para o capitalismo e sua classe dirigente esmagarem as divergências do que lidar com elas pela via tradicional do “consenso democrático”. Sendo assim, o sociólogo paulistano argumenta que

o proletariado e as classes populares tiveram que assumir um terrível e complexo “fardo na defesa, na ampliação e na transformação da ordem social competitiva e da correspondente democracia parlamentar e representativa.” (FERNANDES, 2011, p. 56). Em outras palavras, Florestan (2011a) quer apontar que na periferia do capitalismo a “revolução dentro da ordem” deslocou-se para o âmbito da ação política organizada das classes trabalhadoras. E a consequência desse deslocamento é que ele torna ainda mais difícil a preparação e o desencadeamento da “revolução contra a ordem”.

Na concepção de Florestan Fernandes (2011), esse quadro histórico específico impõe ao proletariado a construção de forças revolucionárias – para alimentar o fluxo da “revolução dentro da ordem” ou criar alternativas para a “revolução contra a ordem” – e uma estratégia política de complexidade única. E de onde tirar essas forças? Segundo Fernandes (2011), elas devem sair das condições de vida e de luta que são fomentadas pela realidade concreta da classe trabalhadora. O ex-professor da USP salienta que as transformações que precisam ser desencadeadas na ordem burguesa são tão profundas para que as classes trabalhadoras conquistem um espaço efetivamente democrático para si, que não há “aliança de classe” possível que possa contribuir com esse objetivo. Para Florestan (FERNANDES, 2011), somente o socialismo revolucionário responde às exigências da situação histórica na periferia, o que conferiu ao marxismo uma incrível importância. Nesse contexto, “será preciso o poder demolidor da ação conjunta do proletariado, dos camponeses e de todos os grupos dissidentes para iniciar uma verdadeira revolução democrática.” (FERNANDES, 2011, p. 70).

É importante destacar que nesse momento de sua trajetória, a concepção de “democracia” presente na obra de Florestan Fernandes é claramente inspirada nas formulações teóricas de Marx, Engels, e sobretudo Lenin. No texto *A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky*, escrito em 1918, Lenin argumenta que não se pode falar em democracia pura enquanto existirem classes diferentes. Pode-se falar apenas de democracia de classe. Segundo o revolucionário russo, a democracia burguesa, sendo um grande progresso histórico em comparação com a idade média, continua a ser sempre estreita, amputada e um engano para os explorados. Lenin (1977) aponta que as elites transformam inevitavelmente o Estado em um instrumento de domínio de classe, da classe dos exploradores sobre os explorados. Nesse sentido, também o Estado burguês dito democrático, enquanto houver exploradores que dominem a maioria de explorados, será inevitavelmente uma democracia apenas para as classes dominantes.

Em 1919, no texto *Teses e relatórios sobre a democracia burguesa e a ditadura do Proletariado*, Lenin ressalta que os assassinatos de Karl Liebknecht e Rosa

Luxemburgo foram um acontecimento de importância histórica mundial não só porque morreram tragicamente dois dos melhores elementos da Internacional Comunista, mas também porque se revelou plenamente a essência de classe de um Estado europeu desenvolvido. Segundo o líder Bolchevique:

Se pessoas presas, isto é, colocadas pelo poder de Estado sob a sua proteção, puderam ser assassinadas impunemente por oficiais e capitalistas, conseqüentemente a república democrática em que tal coisa foi possível é uma ditadura da burguesia. (LENIN, 1978, p. 84).

Nessa perspectiva, para Lenin (1978), a ditadura do proletariado é não só inteiramente legítima como meio de derrubar os exploradores e reprimir a sua resistência, mas também absolutamente necessária para toda a massa dos trabalhadores como única defesa contra a ditadura da burguesia. A conquista do poder pelos trabalhadores deve trazer consigo “não só a modificação das formas e das instituições da democracia, mas precisamente um alargamento nunca visto no mundo da utilização efetiva da democracia por parte dos oprimidos pelo capitalismo.” (LENIN, 1978, p.85). No contexto da ditadura civil-militar brasileira, Florestan Fernandes é enfático ao dizer que a tirania da burguesia “nos obriga a rever Lenin e a estudar formas de ação política que introduzam no Brasil a revolução democrática autêntica” (FERNANDES, 2011, p. 145).

Na esteira da discussão sobre “democracia”, Florestan publica em 1981 o ensaio *O que é Revolução?*, traçando elaborações fundamentais sobre o dilema da revolução brasileira. Fernandes (2012) aponta que a época das revoluções burguesas já passou. Os países capitalistas da periferia estariam assistindo uma falsa repetição da história: “as revoluções burguesas em atraso constituem processos estritamente estruturais, alimentados pela energia dos países capitalistas centrais e pelo egoísmo auto defensivo das burguesias periféricas” (FERNANDES, 2012, p. 50). Nesse cenário, o sociólogo paulistano argumenta que o mundo estaria na época das revoluções proletárias e nada importa se elas só tenham aparecido nos “elos débeis” do capitalismo. Segundo Florestan (2012), o que se configurava como um processo que iria dos países centrais para a periferia, de fato caminhará da periferia para o centro.

Nesse momento, mais uma vez Florestan mobiliza o *Manifesto Comunista*. Marx e Engels anunciaram no escrito de 1848 que sob o capitalismo e dentro do capitalismo a revolução no sentido histórico se dá contra a sociedade burguesa e seu Estado democrático-burguês. Revolução essa que, em seu primeiro momento substituiria a dominação da minoria pela dominação da maioria, e em

sua segunda etapa destruiria a sociedade civil e o Estado, fomentando o caminho para a construção de uma nova forma de sociedade - a sociedade comunista (FERNANDES, 2012).

Florestan Fernandes (2012) ressalta que nesse nível, o conceito de revolução aparece saturado de sua especificidade histórica. Ou seja, ele se identifica com as tarefas revolucionárias do proletariado e define um longo horizonte de transformações encadeadas. Marx e Engels (2010) salientaram que no contexto das sociedades capitalistas o proletariado possui funções análogas às que a burguesia preencheu na desintegração da sociedade feudal e na construção de um novo padrão de sociabilidade. Entretanto, Florestan Fernandes (2012) argumenta que para realizar as funções transformadoras tal como apontadas pelos revolucionários alemães, o proletariado precisa, antes de mais nada, conquistar o poder. É só a partir da conquista do poder político que a classe trabalhadora poderá construir sua versão de democracia e, posteriormente, se lançar na constituição de uma sociedade socialista.

Contudo, Florestan (2012) é enfático ao afirmar que a revolução social não constitui uma fatalidade do desenvolvimento capitalista. Se fosse desta forma, o próprio movimento revolucionário seria dispensável. Nesse sentido, os diálogos de Fernandes com Lenin e com o *Manifesto* são cruciais. Para o sociólogo paulistano, a história comprova que o poder burguês não pode ser derrotado de modo tão fácil quanto o poder feudal e que o movimento socialista precisa recalibrar-se para revolucionar as suas próprias técnicas de revolução. Desta forma, segundo Florestan Fernandes (2012), é necessário ler e reler o *Manifesto Comunista*. O texto publicado por Marx e Engels no calor dos acontecimentos de 1848 não é um catecismo e o mundo histórico para qual ele foi calibrado não existe mais. Todavia, Florestan defende que é preciso relê-lo a fundo por outro motivo: “trata-se de como recuperar a verdadeira ótica do socialismo revolucionário e do comunismo” (FERNANDES, 2012, p. 71).

No entanto, como se constituem as situações revolucionárias? Na compreensão de Florestan (2012) as situações revolucionárias não se criam ao sabor da vontade, ou, como diria Lenin, não se produzem por encomenda. Nessa perspectiva, as conjunturas revolucionárias encobertas ou explícitas formam uma sequência em cadeia. O talento inventivo do revolucionário “se mostra na medida em que eles são capazes de atinar com as exigências e com as possibilidades revolucionárias de cada situação” (FERNANDES, 2012, p. 59). Sendo assim, um diagnóstico errado ou uma oportunidade real desperdiçada podem levar a uma perda do movimento revolucionário em cadeia.

No texto *A Falência da II Internacional*, escrito entre 1914 e 1915, Lenin descreve quais seriam os indícios de uma situação revolucionária e das probabilidades da eclosão de uma revolução propriamente dita. Segundo o revolucionário russo:

Estamos certos de não nos enganarmos indicando os três indícios principais seguintes: 1) impossibilidade para as classes dominantes de manter sua dominação sob forma inalterada; crise do vértice, crise da política de classe dominante, o que cria uma fissura pela qual os descontentes e a indignação das classes oprimidas se abrem um caminho. Para que a revolução estoure não é suficiente, habitualmente, que a base não deseje mais viver como antes, mas é ainda necessário que o cume não possa mais; 2) agravamento, mais do que é comum, da miséria e do desespero das classes oprimidas; 3) intensificação acentuada, pelas razões indicadas acima, da atividade das massas [...] (LENIN *apud* FERNANDES, 2012, p. 62).

Lenin argumenta que sem essas transformações objetivas, independente da vontade deste ou daquele grupo, a revolução é, de modo geral, impossível (FERNANDES, 2012). É o conjunto dessas condições que constituem uma situação revolucionária. O líder Bolchevique aponta que se conheceu essas condições em 1905 na Rússia e em todas as épocas de revoluções no Ocidente. Entretanto, essas conjunturas também estiveram presentes nos anos de 1860 na Alemanha, do mesmo modo que em 1859-1861 e 1879-1880 na Rússia, sem que necessariamente desencadeassem revoluções em tais momentos. Por quê? Segundo Lenin, “a revolução não surge de toda a situação revolucionária, mas somente no caso em que, a todas as transformações objetivas enumeradas acima, se acrescente uma transformação subjetiva” (LENIN *apud* FERNANDES, 2012, p. 62). Desse modo, além das condições objetivas, é necessário que as classes subalternas tenham a capacidade de conduzir ações revolucionárias de massa bastante vigorosas para destruir a ordem vigente. Fernandes ressalta que, o “espírito” e o objetivo revolucionário precedem o aparecimento da situação revolucionária e são “eles que decidem se o elemento subjetivo estará presente quando surgir a oportunidade” (FERNANDES, 2012, p. 111). Isso não significa dizer que as relações de força não são determinantes, mas que a ocasião “pode ser perdida se a classe e o partido não estiverem prontos para agarrar a oportunidade pelo cabelo” (FERNANDES, 2012, p. 111).

Florestan Fernandes (2012) sublinha que, como parte do cerco capitalista contra o movimento revolucionário, suscitou-se uma polêmica obstinada sobre

o surgimento de um partido revolucionário que, supostamente, teria substituído a classe trabalhadora por uma vanguarda política e conferido o poder de decisão ou direção a pequenas elites de revolucionários profissionais. Florestan chama a atenção para essa questão, pois, em sua concepção, é necessário deixar claro se o proletariado como classe tem ou não tarefas revolucionárias efetivas. O sociólogo paulistano argumenta que obviamente a polêmica possui origens espúrias, como forma de criar confusão e enfraquecer o movimento político do proletariado. Para Florestan (2012), depois das experiências históricas da Comuna de Paris e, principalmente, em função da dura repressão que a burguesia desencadeou sobre as classes trabalhadoras na Europa, ficou evidente que as tarefas revolucionárias infligiram ao proletariado uma centralização mais eficiente de seu potencial revolucionário. Todavia, Fernandes (2012) argumenta que isso não quer dizer que a constituição do partido revolucionário equivalia à formação de uma elite “exterior” às massas, em típica relação de dominação com ela. No *Manifesto*, Marx e Engels assinalaram que “na prática, os comunistas constituem a fração mais resoluta dos partidos operários de cada país, a fração que impulsiona as demais” (MARX; ENGELS, 2010, p. 51). Nessa perspectiva, os revolucionários alemães destacam que o objetivo dos comunistas é a “constituição do proletariado em classe, a derrubada da supremacia burguesa e a conquista do poder político pelo proletariado” (MARX; ENGELS, 2010, p. 51). Portanto, Florestan (2012) aponta que a existência de uma classe revolucionária não constituía uma “invenção” da vanguarda política. Sem um proletariado consciente e organizado a revolução nunca passaria de uma miragem.

Um novo tipo de civilização na América: a Revolução Cubana

Antônio Candido (2007) defende que provavelmente o traço principal da obra madura de Florestan Fernandes seja o profundo sentido revolucionário nutrido pela fusão entre o conhecimento rigoroso e a força da convicção. Segundo o amigo de longa data, o esforço quase obsessivo de Florestan para harmonizar o saber sociológico com a paixão socialista faz dos seus escritos uma vigorosa militância (CANDIDO, 2007). Em 1979, Florestan Fernandes publica a obra *Da Guerrilha ao Socialismo: A Revolução Cubana*. No prefácio à edição de 2007, Antônio Candido analisa que Florestan procurou ver a revolução cubana não com referências a modelos teóricos elaborados fora do contexto latino-americano, ou redigido por uma visão demasiado genérica, mas sim, “relacionando-a à especificidade da situação concreta” (CANDIDO, 2007, p. 11).

Florestan ressalta que o fascínio do estudo de Cuba está em que ela desmente todos os dogmatismos possíveis, tanto os especificamente científicos, quantos os puramente socialistas. Na concepção do sociólogo paulistano, nenhum cientista social e nenhum socialista revolucionário poderiam prever a revolução cubana. Pois, no que diz respeito à revolução socialista não existem fórmulas mágicas nem saídas fáceis, e, muito menos determinismo inevitáveis (FERNANDES, 2007). Em uma conjuntura revolucionária tudo é possível, inclusive a revolução. Desta forma, Florestan Fernandes (2007) sublinha que todo socialismo é experimental. Entretanto, entre as grandes revoluções proletárias do século XX, é a revolução cubana que apresenta essa face como a mais saliente e característica. Para Fernandes, a experiência revolucionária na ilha caribenha é “a mais simples, a mais imprevisível e também a mais tocante, pois brota de dentro do homem para fora, dos sentimentos e aspirações mais profundas dos humildes e dos condenados da terra” (FERNANDES, 2007, p. 88).

Analisando o desenvolvimento sócio-histórico cubano, Florestan (2007) chama atenção para um tipo específico de nacionalismo que se construiu na ilha caribenha ao longo de uma evolução secular. Em outros países da América Latina, os sentimentos e ideais nacionalistas foram decepcionados da ideia de nação, visto que o que se definiu como “nação” era uma projeção liberal dos interesses e dos valores das elites (FERNANDES, 2007). Segundo Florestan (2007), essa configuração vinha antes do aparecimento de burguesias mais ou menos consolidadas e, portanto, estava-se muito longe das funções que o nacionalismo representou no desenvolvimento capitalista, atuando como fator de unificação política e de hegemonia de classe. Florestan Fernandes (2007) salienta que particularmente em Cuba, mesmo os rudimentos dessa transformação não se produziram historicamente e o nacionalismo se concentrou nos setores mais radicais das várias camadas sociais da população. Nesse contexto, na ilha caribenha, o nacionalismo se desenvolveu

[...] não a partir da dominação econômica, social e política dos estratos conservadores frequentemente aliados aos controles externos e à própria repressão antinacionalista, mas da confluência de várias forças sociais divergentes, empenhadas na liberação nacional, no combate ao governo colonial e à dominação espanhola ou nas lutas contra o imperialismo e a dominação estadunidense. (FERNANDES, 2007, p. 92-93).

Nesse sentido, Florestan (2007) argumenta que o que ocorreu foi o desenvolvimento de um nacionalismo de baixo para cima, sob uma constante fermen-

tação política radical-nacional. Todavia, esse nacionalismo teria sido paralisado ou neutralizado pela ordem social colonial e, por pouco mais de meio século, pela ordem social neocolonial. Porém, isso não impediu que ele crescesse, amadurecesse e acabasse por constituir uma sociedade “lançada com todo o vigor na aspiração de tornar-se uma nação livre, independente, senhora de seu destino histórico e de sua soberania política” (FERNANDES, 2007, p. 93).

Florestan Fernandes (2007) aponta que nas décadas de 1930 e 1950 o nacionalismo cubano surgiria em um novo clímax histórico. Tendo em vista a penetração imperialista na dominação burguesa, a compulsão contra a ordem neocolonial abrange componentes radicais-burgueses, que poderiam realizar a revolução nacional sob o capitalismo, e componentes estritamente anticapitalistas, que tenderiam a levar a revolução nacional às últimas consequências. Segundo Florestan (2007), na luta contra a ditadura de Fulgêncio Batista esses dois componentes se mesclaram e ativaram-se mutuamente. Contudo, após a vitória do exército rebelde, os segundos componentes se impuseram e mostraram a verdadeira face revolucionária do nacionalismo cubano. Nenhum país em toda a América Latina conseguiu elaborar um nacionalismo desse tipo, “que pudesse encadear-se quer uma vitória burguesa, com a integração nacional que daí poderia resultar, quer a uma vitória das massas e do proletariado, com a libertação nacional consequente e a transição para o socialismo” (FERNANDES, 2007, p. 94). Nos momentos decisivos do desmantelamento da ordem neocolonial, esse nacionalismo libertário exerceu um papel fundamental na mobilização das massas e na implantação do poder popular.

Para Florestan Fernandes (2007), a regra na América Latina consiste em que as revoluções “nacionais” vitoriosas eram lideradas e ao mesmo tempo freadas pelos setores privilegiados. A revolução nacional consistia em uma “nativização” dos controles econômicos, sociais e políticos. Florestan (2007) sublinha que ao retardar-se, a revolução nacional em Cuba fugiu a esse circuito “nefasto”. Nessa perspectiva, as camadas mais reacionárias e conservadoras da sociedade cubana impediram a total desagregação da ordem colonial e impuseram uma ordem neocolonial que tornava a ideia e a realidade de nação inviáveis (FERNANDES, 2007).

No contexto da ditadura neocolonial de Batista, o nacionalismo militante extremado cairia nas mãos de jovens radicais oriundos de certas camadas da classe média e, sobretudo do proletariado urbano e rural. Desta forma, Florestan (2007) demonstra que à medida que a relação de força decide que o que deveria prevalecer eram os interesses das massas populares organizadas, a revolução nacional teria um novo eixo gravitacional. A partir da crise do governo ditatorial de Fulgêncio Batista, o impulso revolucionário se devia à necessidade de extin-

guir o neocolonialismo em todos os seus níveis. Porém, ao ir tão longe e tão fundo, essa nova conjuntura revolucionária desvincula a revolução nacional do idealismo burguês, do liberalismo e da democracia parlamentar representativa (FERNANDES, 2007). Segundo Florestan Fernandes (2007), esse movimento inverte a tendência predominante no século XIX, ou seja, o conteúdo de classe da revolução nacional viria de baixo para cima. O impulso transformador viria das massas populares, dos destituídos e explorados, dos setores organizados das classes trabalhadoras. Pela primeira vez na América Latina, uma revolução nacional deixaria de dissociar o elemento nacional do elemento democrático e, posteriormente, ao vencer, a ideia de nação arrastou consigo a construção de uma ordem socialista (FERNANDES, 2007).

Um elemento fundamental que deve ser ressaltado na análise da Revolução Cubana é a questão da guerrilha. Para Florestan (2007), a guerrilha foi o ingrediente pelo qual se desmantelou o castelo de cartas e ilusões. Ela surgiu como uma solução militar madura para uma “revolução dentro da ordem” falhada e impossível. Segundo o sociólogo paulista, a guerrilha acionou o golpe de misericórdia que acabou com um regime econômico, social e político arruinado e condenado. (FERNANDES, 2007). O Movimento 26 de Julho liderado por Fidel Castro

[...] não só iluminou o sinal dos tempos novos. A guerrilha transferiu a guerra civil latente para o plano da história vivida dia a dia e da ação direta. Em consequência, ao brotar e garantir seu próprio espaço histórico, ela mudou a qualidade da situação revolucionária preexistente, que a engendrou. Uma revolução dentro da ordem desacreditada, soturna e frouxa, em impasse crônico, converteu-se no contrário, uma revolução contra a ordem cheia de fé, alegre e exuberante, que buscou e descobriu seus caminhos na fusão entre povo, Estado e nação em Cuba. (FERNANDES, 2007, p. 111).

Segundo Florestan (2007), essa via armada – embora instrumental e intrinsecamente política – de chegar ao socialismo só teve semelhante importância em Cuba. Contudo, o sociólogo paulista, a partir de uma perspectiva leninista, ressalta que a situação revolucionária não foi improvisada ou criada na ilha caribenha. Sem as condições objetivas necessárias, a guerrilha estaria fadada ao fracasso, assim como se sucedeu em outros países. Todavia, para Fernandes (2007), isso não significa dizer que Cuba “não se repetirá”, mas que os outros países da América Latina terão de buscar suas próprias vias de revolução socialista,

“imitando os cubanos em tudo o que for possível, mas permanecendo abertos, como eles, às exigências concretas da situação histórica” (FERNANDES, 2007, p. 112).

Portanto, a essência da revolução cubana não está em ter “desatado o nó górdio de neocolonialismo e da dominação imperialista” (FERNANDES, 2007, p. 89), mas sim na construção de um caminho socialista para o futuro. Para Florestan Fernandes (2007), a revolução liderada por Fidel Castro transcende a ilha caribenha. Ela coloca as Américas no próprio circuito de construção, difusão e expansão de um novo tipo de civilização.

O marxismo latino-americano: Florestan Fernandes e Mariátegui

Segundo Deni Rubbo (2016), o interesse de Florestan Fernandes pelos dilemas do continente Latino-Americano, assim como pela produção política e sociológica do marxismo no Novo Continente também tem sido um tema promissor, ainda que pouco estudado por seus especialistas. Rubbo (2016) aponta que é provavelmente no início da década de 1970 que, em meio a um processo de intensa radicalização política, Florestan descobre a obra de José Carlos Mariátegui, elo pioneiro da fusão entre marxismo e América Latina. Como afirmou o sociólogo Adolfo Sanchez Vásquez (1998), o comunista peruano foi um dos pensadores mais originais que procuraram produzir um marxismo que corresponde à realidade latino-americana.

Florestan Fernandes será um dos responsáveis pela divulgação da obra do teórico peruano no país. Mais do que isso, foi justamente o autor de *A integração do Negro na Sociedade de Classes*, “o primeiro grande impulsionador da obra Mariateguiana no Brasil, de fato” (PERICÁS, 2010, p. 345). Foi por incentivo de Florestan que, em 1975, a editora Alfa Ômega conseguiu publicar, pela primeira vez no país, os *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*, originalmente publicado em 1928, e considerado como o mais influente estudo histórico de uma nação da América do Sul (RUBBO, 2016).

No texto *O significado atual de José Carlos Mariátegui* – publicado originalmente em 1994 na comemoração do centenário do revolucionário peruano – Florestan relembra a importância histórica de Mariátegui e das suas temáticas inovadoras. Segundo Florestan Fernandes, o comunista peruano era o intelectual marxista mais puro e apto para perceber o que sucedeu, e, se estivesse vivo, para traçar os caminhos “da superação que ligam dialeticamente a terceira revolução capitalista à plenitude madura do marxismo revolucionário” (FERNANDES, 2015, p. 17).

Para Fernandes (2015), Mariátegui se afirmou como o intelectual marxista por excelência da América Latina. Na perspectiva do intelectual peruano, a democracia não se constituía como um valor universal, um valor em si e por si. Na mais precisa tradição clássica do marxismo, a democracia para José Carlos Mariátegui não era uma instituição a ser herdada, mas deveria ser construída coletivamente pelos seres humanos, ao longo de um movimento interrompido exatamente pela dominação burguesa (FERNANDES, 2015). Florestan sublinha que, em Mariátegui, a verdadeira transição democrática deveria quebrar a inércia e repor o processo em termos de novas contradições, “pois é da natureza do socialismo que a maioria componha, de fato, a premissa lógica e histórica de sua constituição e dissolução” (FERNANDES, 2015, p. 20). Nesse sentido, a plenitude democrática dependeria, porém, dos meios socialistas de autoemancipação coletiva suscetíveis de alimentar, intensificar e sustentar o advento do comunismo.

Nessa perspectiva, Florestan Fernandes considera José Carlos Mariátegui

[...] o farol que ilumina dentro da pobreza e do atraso da América Latina, os limites intransponíveis da civilização capitalista e as exigências elementares da civilização sem barbárie, que as revoluções proletárias não lograram concretizar. (FERNANDES, 2015, p. 20).

Segundo o ex-professor da USP, os *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana* enriqueceram o marxismo fora e acima dos eixos eurocêntricos. Florestan (2015) argumenta que a atração de Mariátegui pelo marxismo brota justamente da descoberta de uma resposta à sua ansiedade em observar e explicar os processos históricos de longa duração e uma proposta revolucionária simultânea, que liga dialeticamente passado, presente e futuro. Desta forma, o jornalista peruano não seria apenas o mais importante e inventivo dos marxistas do continente, mas também um pensador cuja obra, por sua peculiaridade e originalidade, teria um significado universal.

Dentro desse contexto, Deni Rubbo (2016) salienta que é fato que, diante da vastidão da obra de Florestan, Mariátegui figura como uma referência teórica marxista decisiva na fase radicalizada do sociólogo paulista, principalmente como expressão importante de como estudar um país da periferia do capitalismo monopolista através do materialismo histórico. Entretanto, Rubbo (2016) destaca que também não possível dizer que o revolucionário peruano constitui a matriz teórica das reflexões políticas de Florestan, assim como Marx e Lenin, mas certamente não deixa de ser uma referência indispensável, que tratou em profundidade os dilemas sociais da América Latina.

O Materialismo histórico como ciência revolucionária

Florestan Fernandes escreve em 1983 uma introdução à coletânea de escritos de Marx e Engels sobre a história, pela coleção *Grandes Cientistas Sociais* da editora Ática. Segundo Diogo Costa (2007), essa seria, enfim, a obra mais importante para entender a relação do Florestan “maduro” com o marxismo. Nesse momento específico de sua trajetória, a assimilação principal que o sociólogo paulista fará do marxismo se dá em termos do resgate da concepção de revolução ou da edificação de uma teoria revolucionária. Costa (2007) aponta que a leitura detida dos clássicos e dos teóricos marxistas mais atuais possuiria, no caso, esse objetivo mais fundamental de pensar as especificidades da revolução socialista no Brasil e na América Latina. Nesse sentido, não somente na introdução à coletânea de Marx e Engels sobre a história, mas também na introdução da coletânea de escritos de Lenin publicada em 1978, assim como em alguns pequenos textos de intervenção, os aspectos tratados por Florestan Fernandes são justamente os que enfatizam a constituição do materialismo histórico como uma teoria revolucionária.

Florestan (1983) começa a introdução aos escritos de Marx e Engels afirmando que o propósito que o anima consiste em recapturar as ideias centrais dos revolucionários alemães sobre a “ciência da história”. Na leitura do sociólogo paulista, Marx e Engels trabalharam em direção oposta à fragmentação do trabalho científico, defendendo uma concepção unitária de ciência e representando a história como uma ciência de síntese.

Fernandes (1983) argumenta que a crítica da especulação filosófica, da dialética hegeliana, da economia política e do socialismo utópico converteu Marx e Engels em fundadores das ciências sociais. Na concepção do ex-professor da USP, tanto Marx quanto Engels compartilharam uma situação incontestável como criadores do conhecimento científico nessa esfera do pensamento “e coube-lhes encarnar, na história das ciências sociais, os interesses e as aspirações revolucionárias das classes trabalhadoras” (FERNANDES, 1983, p. 11).

Para Florestan (1983), a conexão entre ciência social e revolução no século XIX encontra em Marx e Engels os seus representantes mais completos, íntegros e corajosos. Mas não é apenas isso. Os comunistas alemães teriam levado essa relação às últimas consequências, resolvendo a equação do que deve ser a investigação científica quando esta rompe com os controles conservadores externos ou internos ao pensamento científico propriamente dito. Portanto, Fernandes argumenta que Marx e Engels legaram às ciências sociais um modelo de explicação estritamente objetivo e intrinsecamente revolucionário.

Portanto, na concepção do sociólogo paulista, Marx e Engels teriam inaugurado um tipo de pesquisa histórica revolucionária, em sua forma e em seu conteúdo. Fernandes (1983) defende a necessidade urgente e permanente de dar continuidade a esse padrão específico de trabalho científico inaugurado pelos autores alemães, e aprofundar o significado de suas descobertas teóricas na ciência atual.

Em *A atualidade de Marx*, texto escrito no mesmo ano da introdução à coletânea de Marx e Engels, analisando a relação entre marxismo, ciência e revolução, Florestan Fernandes (1995a) advoga o desenvolvimento de uma ciência social histórica que combine, intrínseca e objetivamente, a crítica de si mesma com o conhecimento crítico da ordem existente. Florestan (1995a) defende uma ciência social que se manifeste como:

[...] teoria e prática, como expressão autêntica da verdadeira ciência em sua capacidade de transcender ao enquadramento ideológico burguês e de fazer parte do movimento que abale o presente estado de coisas, isto é, de ser comunista, de identificar-se com a situação de interesses da classe dos trabalhadores e com o que ela significa para o advento e o desenvolvimento de um novo ciclo histórico revolucionário. (FERNANDES, 1995a, p. 37).

Desta forma, como analisa Diogo Costa (2011), nesses textos, Fernandes quer demonstrar que o marxismo desenvolve um padrão integrativo de ciência ou de conhecimento sócio-histórico e político, envolvendo a apreensão da realidade em diferentes níveis interdependentes. Florestan Fernandes destaca, sobretudo, que a junção entre teoria e prática proposta pela tradição oriunda de Karl Marx, permite que a ciência assuma um caráter instrumental a serviço da revolução social. Nesse sentido, “a capacidade de apanhar a história em processo era vital para questionar se um dado direcionamento da ação política poderia ter eficiência no aprofundamento da revolução democrática e na construção do socialismo.” (COSTA, 2011, p. 17).

Portanto, como nos aponta José Paulo Netto (1987), na produção teórica de Florestan Fernandes no pós *Revolução Burguesa*, a problemática da revolução é central. Netto (1987) argumenta que as condições históricas-sociais sob as quais Florestan recuperou Marx e o marxismo é que determina este traço pertinente de sua produção intelectual. Estamos de acordo com concepção de José Paulo Netto (1987), na qual o privilégio da revolução significa em Florestan que a obra de Marx é toda ela interpretada em função da prática política. Segundo o

professor emérito da UFRJ, “Florestan não pensa Marx senão como teórico da revolução” (NETTO, 1987, p. 300). É óbvio que, em toda sua riqueza teórica-crítica, Florestan Fernandes não reduz a problemática da obra marxiana e marxista à categoria da revolução. Porém, dentro do contexto do embate contra a ditadura civil-militar, o sociólogo paulista repugna qualquer elaboração teórica marxista que descentre a questão da ação política revolucionária. Desta forma,

A recuperação do paradigma marxiano e marxista é inteiramente saturada pela recuperação da categoria de revolução; toda a articulação teórica de Florestan está cristalizada pela absoluta centralidade conferida à revolução proletária. (NETTO, 1987, p. 300).

Considerações finais

Uma das discussões mais recorrentes em torno da obra de Florestan Fernandes tem sido o debate sobre o lugar do marxismo no horizonte teórico do sociólogo paulistano. A maioria dos comentadores de sua obra aceita a noção de que a herança de Marx se configuraria como mais uma das perspectivas, dentre outras, da explicação sociológica presente no pensamento teórico de Florestan. Contudo, a partir desta breve incursão por alguns aspectos da trajetória e da obra do mais importante sociólogo brasileiro, é possível argumentar que a sociologia de Florestan Fernandes sofreu um profundo e constante impacto do marxismo.

Se em um primeiro momento de sua trajetória -mais especificamente na empreitada de consolidar a sociologia como uma ciência no Brasil - a relação de Florestan Fernandes com o marxismo residia na preocupação de identificar as contribuições metodológicas de Marx às ciências sociais, em um segundo momento de sua vida o sociólogo da USP irá ressignificar essa relação.

A partir da segunda metade da década de 1960, o marxismo passa a ter outra conotação na vida e na obra de Florestan Fernandes. Conotação essa que não é mais apenas sociológica, mas fundamentalmente ligada à uma *práxis* política socialista e à investigação das forças sociais capazes de contribuir para a destruição da ordem social capitalista no Brasil. Nesse contexto, numa reconstrução teórico-revolucionária da constituição da formação social brasileira, faz emergir um pensador que, a partir de então, se dedica também a tematizar aspectos internos da teoria marxiana e marxista. A assimilação principal que Florestan Fernandes fez do marxismo em sua fase mais madura se dá em termos do resgate da concepção de revolução, ou da edificação de uma teoria e de uma ciência revo-

lucionária que correspondesse às especificidades do Brasil e da América Latina. Portanto, analisar a trajetória de Florestan Fernandes, sobretudo as suas obras mais “maduras”, significa mergulhar em um dos capítulos mais relevantes da incorporação do marxismo nas ciências sociais brasileira.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. A. N. Prefácio. *In*: FERNANDES, F. **Circuito fechado**: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: Globo, 2010. p.09-24.

CANDIDO, A. Prefácio: uma interpretação exemplar. *In*: FERNANDES, F. **Da guerrilha ao socialismo**: a Revolução Cubana. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.09-16.

COUTINHO, C. N. Marxismo e “imagem do Brasil” em Florestan Fernandes. *In*: COUTINHO, C. N. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p.243-266.

COSTA, D. V. A. Florestan Fernandes e os dilemas do subdesenvolvimento capitalista: a sociologia como crítica da dependência cultural. *In*: CONFERÊNCIA SOBRE O DESENVOLVIMENTO, 2.; CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, 1., 2011, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area11/area11-artigo5.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2022.

COSTA, D. V. A. O marxismo na sociologia de Florestan Fernandes. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31., 2007, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu: ANPOCS, 2007. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/31-encontro-anual-da-anpocs/st-7/st22-4/2999-diogocosta-o-marxismo/file>. Acesso em: 30 ago. 2022.

FERNANDES, F. O significado atual de José Carlos Mariátegui. *In*: MARIÁTEGUI: edição de homenagem das editoras. Argentina: Batalla de Ideas; Brasil: Expressão Popular; Índia: Leftword Books; ChinhaPublishers, Vaam: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2015. p.12-29.

FERNANDES, F. O que é Revolução? *In*: PRADO JUNIOR, C.; FERNANDES, F. **Clássicos da Revolução Brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p.55-148.

FERNANDES, F. **Brasil**: em compasso de espera - pequenos escritos políticos. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2011.

FERNANDES, F. **Circuito fechado**: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: Globo, 2010.

FERNANDES, F. **Da guerrilha ao socialismo**: a Revolução Cubana. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, F. A atualidade de Marx. *In*: FERNANDES, F. **Em busca do socialismo**: últimos escritos políticos e outros textos. São Paulo: Xamã, 1995. p.33-42.

FERNANDES, F. Introdução. *In*: FERNANDES, F. (org.) **K. Marx e F. Engels**: história. São Paulo: Ática, 1983. p.09-143.

FERNANDES, F. Introdução. *In*: FERNANDES, F. (org.) **Lênin**: política. 1. ed. São Paulo: Ática, 1978. p.07-50.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. 2. ed. São Paulo: Dominus: Edusp, 1965.

FREITAG, B. Florestan Fernandes por ele mesmo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.10, n. 26, jan./abr., 1996.

LENIN, V. Teses e relatórios sobre a democracia burguesa a ditadura do proletariado. *In*: LENIN, V. **Obras escolhidas**. Lisboa: Edições Avante; Moscou: Edições Progresso, 1978. t.3, p.76-88.

LENIN, V. A ditadura do proletariado e o renegado Kautsky. *In*: LENIN, V. **Obras Escolhidas**. Lisboa: Edições Avante; Moscou: Edições Progresso, 1977. t.3, p. 1- 75

MARTINS, J. S. Prefácio. *In*: FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5.ed. São Paulo: Globo, 2006. p.9-24.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

NETTO, J. P. A recuperação marxista da categoria de revolução. *In*: D'INCAO, M. A. (org.). **O saber militante**: ensaios sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Paz; São Paulo: Terra: Unesp, 1987. p.292-318.

PERICÁS, L. B. José Carlos Mariátegui e o Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.68, n. 24, p. 335-61, 2010.

RUBBO, D. A. Nosso irmão mais velho: Florestan Fernandes, leitor de Mariátegui. **Lua Nova**, São Paulo, n. 99, p.79-105, 2016.

SECCO, L. A sociologia como previsão: Florestan e a Revolução dos Cravos. *In*: MARTINEZ, P. (org.). **Florestan ou o sentido das coisas**. São Paulo: Boitempo, 1998. p.75-101.

TOLEDO, C. N. Utopia e socialismo em Florestan Fernandes. *In*: MARTINEZ, P. (org.). **Florestan ou o sentido das coisas**. São Paulo: Boitempo, 1998. p.60-68.

VÁSQUEZ, A. S. Mariátegui, grandeza e originalidade de um marxista latino-americano. *In*: PERICÁS, L. B.; BARSOTTI, P. (org.). **América Latina: história, ideias e revoluções**. São Paulo: Xamã, 1998. p.45-54.

Recebido em: 05 de outubro de 2021.

Aprovado em: 20 de abril de 2022.